

Brasília já votou uma vez

Em 6 de janeiro de 1963, cerca de 300 mil brasilienses engrossaram a fileira de 12 milhões 286 mil e 175 votantes que decidiram pelo fim do parlamentarismo e instituição do sistema presidencialista no Brasil. Foram 9 milhões 457 mil e 448 NAO ao parlamentarismo, contra 2 milhões, 73 mil e 582 SIM.

Esta foi a única vez que os habitantes do Distrito Federal, desde que foi transferido do Rio de Janeiro, exerceram seu poder de voto. E foi, segundo garante Joaquim Cândido Garcia, presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante, radicado em Brasília desde 1959, "uma votação tranquila, ordeira, um dia de alegria para nós todos, que acreditávamos ter, dali para a frente, o direito a votar".

Na verdade, desde a transferência para Brasília e até 1967, o Congresso Nacional é quem tinha todos os poderes, delegados pela Constituição, de marcar eleições no Distrito Federal. A data foi adiada, inicialmente, esperando a estruturação da cidade como Capital, e depois pela época conturbada que se sucedeu a 1964.

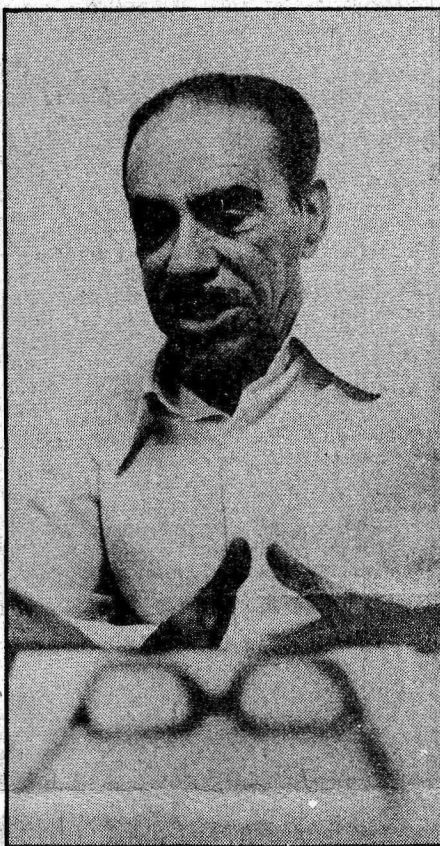
A verdade é que o Congresso não marcou eleições e a Constituição, restaurada, simplesmente omitiu-se da questão. Ela não prevê nem fala nada em termos de eleições no Distrito Federal.

E é exatamente neste ponto que a Constituição Brasileira é controversa, diz Garcia, porque, se de um lado ela se omite, de outro garante a todo o cidadão brasileiro, em pleno gozo de seus direitos políticos, o direito de votar e ser votado. "Então, ou somos ou não somos cidadãos brasileiros. Se nos cortam um direito previsto a todo cidadão brasileiro, cassam nossa cidadania".

GAIOLA DE OURO

O Distrito Federal, quando no Rio, tinha Câmara, deputados, senadores — lembra Garcia — e produziu um sem números de líderes, de alto gabarito, porque líderes políticos só se forjam através do voto, dos partidos políticos. A argumentação de que a Câmara de Vereadores do Rio era uma gaiola de ouro não pode ser utilizada para contestar a representação política, porque as falhas inerentes ao processo democrático só são sanadas com o aperfeiçoamento da democracia. Hoje, estamos mais maduros e não poderíamos nunca voltar a 30 anos atrás. Somos hoje um pólo político, um pólo de desenvolvimento. E preciso encarar esta realidade".

Garcia admite que uma bancada do Distrito Federal poderia ser transfor-



Garcia defende a representação

mada num verdadeiro balaio de gatos, onde os interesses seriam cobrados mais facilmente de seus representantes. Mas destaca também que por ser o centro político do país, por ser uma cidade onde a política é algo quase que inerente, vivo, dentro da comunidade condenada altamente politizada, esta bancada seria muito bem escolhida. "Os representantes do Distrito Federal seriam homens de gabarito suficiente para lutar pelo Distrito Federal, com a habilidade que a arte política exige", acrescenta ele.

"Discute-se tudo hoje dentro do Congresso Nacional. Critica-se ou se elogia os governadores de todos os Estados, a atuação do governo em todas as suas Federações, menos no Distrito Federal. E como se fôssemos uma lacuna, uma ausência, não existimos em termos de Congresso, de luta". Ele exemplifica lembrando que quando se vota uma lei de interesse nacional, como o divórcio ou a anistia, Brasília se omite. Não tem quem vote por ela. Diante da nação, Brasília não participa de nada, não ajuda na elaboração de leis".